

**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE  
2014-2020**

**EIXO PRIORITÁRIO 7 – REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS**

**MAPEAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS  
DE EDUCAÇÃO**



Relatório resultante dos contributos da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (através da Direção de Serviços da Região do Algarve – DSRAL) e da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), elaborado com base em trabalho conjunto e com a coordenação da CCDR Algarve.



**DGEstE**

DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

# Índice

## PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE 2014-2020

<b>1 - Enquadramento .....</b>	<b>3</b>
<b>2 - Ponto de situação da Rede de Educação do Algarve .....</b>	<b>3</b>
<b>2. 1. - Caraterização da região do Algarve .....</b>	<b>4</b>
<b>2.2. - Caracterização da Rede de infraestruturas existentes .....</b>	<b>5</b>
<b>2.2.1. - Parque Escolar e suas caraterísticas .....</b>	<b>5</b>
<b>2.2.2. - Rede viária e percursos escolares .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2.3. - A evolução demográfica .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2.4. - Estabelecimentos intervencionados com fundos comunitários .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2.4.1. - A Política de investimento no QCA III.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2.4.2. - A Consolidação da Política de investimento no contexto QREN .....</b>	<b>16</b>
<b>3 - Elementos relevantes da política de ensino .....</b>	<b>19</b>
<b>4 - Necessidades infraestruturais e preparação da intervenção 2014-2020 .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1. - Critérios de intervenção do PO .....</b>	<b>21</b>
<b>4.2. - Objetivos específicos a concretizar.....</b>	<b>23</b>
<b>5 - Conclusões .....</b>	<b>24</b>

## Enquadramento

O Acordo de Parceria e os Programas Operacionais do Portugal 2020 estabelecem que os apoios a infraestruturas de I&I (OT1), Infraestruturas empresariais (OT3), equipamentos sociais, incluindo de saúde (OT9), infraestruturas escolares (OT10) e as infraestruturas culturais (OT6), estão condicionados ao mapeamento das necessidades de intervenção, a apresentar à Comissão Europeia.

Este exercício de mapeamento das infraestruturas passíveis de enquadramento nos acordos de parceria foi realizado com articulação da CCDR Algarve, após consulta ao setor (em relação ao diagnóstico, caracterização e avaliação da oferta existente) e consulta à Comunidade Intermunicipal (em relação à identificação de necessidades e validação dos diagnósticos setoriais). A CCDR procurou enquadrar as duas dimensões, consensualizando um racional de definição de prioridades que permitem (em função da natureza das intervenções elegíveis nos termos dos PO CRESC ALGARVE), assegura o adequado financiamento, garantindo que se mantem a coerência de intervenção estratégico assumido no Programa Operacional Regional.

## **2- Ponto de situação da Rede de Educação do Algarve**

O Programa Operacional da região do Algarve 2014-2020 inclui uma medida de financiamento de equipamentos educativos, considerando que assim se contribuirá para “se atingir os valores-alvo nacionais respeitantes às taxas de abandono escolar (10%) e de conclusão do ensino superior (40%), em 2020” e para “a elevação da qualidade e do nível de cobertura da rede de infraestruturas de educação, de ensino e de formação. Estas ações estão alinhadas com os objetivos de promoção do acesso e aumento do sucesso escolar e com a melhoria das condições gerais de ensino e de aprendizagem, prevenindo o abandono escolar e melhorando a diversificação da oferta educativa e formativa.”

O investimento realizado em infraestruturas educativas nas últimas décadas, associado à diminuição progressiva das entradas no sistema escolar por via da quebra da natalidade, e ao alargamento da escolaridade obrigatória de 12 anos, explicam por que a rede escolar na Região do Algarve já não tem problemas estruturais do ponto de vista quantitativo, sem prejuízo da existência ainda de casos pontuais.

Estes refletem-se em algumas situações graves de falta de qualidade e mesmo de degradação de infraestruturas e de equipamentos, seja entre os estabelecimentos que não beneficiaram de intervenção nas últimas décadas, seja entre os que foram construídos ao abrigo de “programas de emergência”, quando a falta de instalações escolares para acolher o aumento rápido da frequência obrigou a recorrer a soluções provisórias, que hoje não

reúnem as condições necessárias para responderem às exigências de uma educação de qualidade e em segurança.

Por outro lado, as intervenções necessárias em matéria de reconstrução, conservação, reabilitação e modernização dos equipamentos de educação e formação, contribuem para procedimentos de reorganização da rede escolar, que envolvem a educação pré-escolar, os ensinos básico e secundário, e para o melhoramento da eficiência na gestão da administração educativa e das instituições escolares.

O Programa Operacional da Região do Algarve 2014-2020 inclui uma medida de financiamento de infraestruturas educativas e formativas considerando que assim se contribuirá para “reduzir em 5p.p a taxa de abandono precoce de formação e educação, valorizando ofertas formativas com elevada empregabilidade”.

O **OT 10** propor-se contribuir para o objetivo de “mais e melhor” educação no que concerne às infraestruturas de educação e formação, sendo particularmente relevante o papel de complemento às iniciativas financiadas pelo FSE de redução do abandono escolar para 10% e a aprendizagem ao longo da vida, tal como previsto no *position paper* da CE e na meta UE2020.

## **2. 1. - Caraterização da região do Algarve**

O Algarve é uma região constituída por um único distrito (Faro), por 16 municípios e por 84 freguesias. Tem uma superfície próxima dos 5 mil km<sup>2</sup>, o que corresponde a 5% do território nacional.

Atualmente com cerca de 451.000 habitantes (INE, 2011), o Algarve apresentou nos últimos Censos, um acréscimo populacional superior ao registado em qualquer outra região do país.

Relativamente à Educação, pode dizer-se que a rede existente é robusta e foi alvo de ajustamentos de forma antecipada. Contudo, persistem necessidades de intervenção para eliminar totalmente o regime duplo e reforçar cirurgicamente a rede existente nas localidades com maiores dinâmicas demográfica e a procura, induzidas pelas bacias de emprego.

O abandono escolar precoce de educação e formação no Algarve alcançou, em 2013, 21,6% e por isso salienta-se que continua acima da média do País e ainda bastante longe das metas propostas para a região. Porém, na última década observou-se um recuo expressivo desta taxa (em cerca de 20%). Ainda assim, continua elevado o número dos jovens entre os 18 e 24 anos que, tendo apenas concluído o 3º ciclo do ensino básico, se afastaram do

sistema de educação e formação. A referida taxa constitui o segundo valor mais alto das regiões do Continente, embora apresente ainda uma distância assinalável face à média europeia e à meta estabelecida para 2020.

Melhorar o desempenho deste indicador terá que ter uma intervenção no reforço dos mecanismos curriculares alternativos mais apelativos para os jovens e capazes de lhes conferir ferramentas de inserção no mundo do trabalho (Enriquecimento Curricular, programa de apoio a necessidades educativas especiais, Ensino Vocacional, etc.), ao mesmo tempo que se melhora a ocupação e a quantidade da oferta extra curricular **e a qualificação da rede escolar.**

## **2.2. - Caracterização da Rede de infraestruturas existentes**

### **2.2.1. - Parque Escolar e suas características**

Para se poder caracterizar o Parque Escolar é importante começar por referir que no início do século este encontrava-se bastante degradado e desadequado para as novas realidades educativas, especialmente no que se refere ao 1º Ciclo do Ensino Básico e com um défice significativo na oferta ao nível da educação pré-escolar.

Atualmente a realidade é diferente pois, com o III QCA e o QREN, houve um esforço significativo para modernizar, atualizar e dotar de outras condições os estabelecimentos de educação/ensino do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Apesar deste esforço, em alguns concelhos ainda subsistem algumas escolas onde **não foi possível erradicar todos os horários de regime duplo**, pelo que é coerente, no âmbito do novo Quadro, continuar o trabalho que se tem vindo a fazer com vista a ultrapassar estes constrangimentos e simultaneamente aumentar a oferta ao nível do pré-escolar.

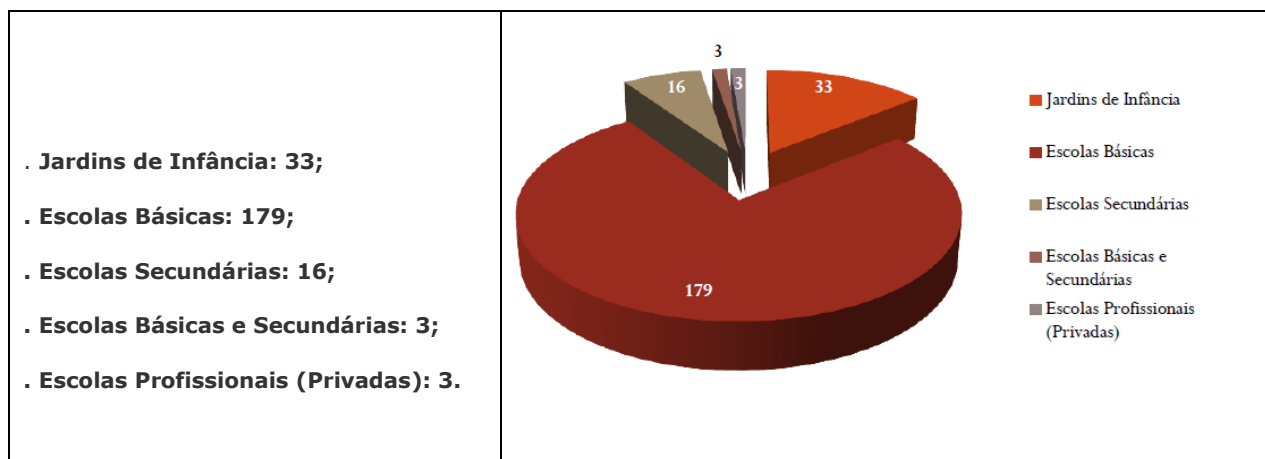
São no entanto de salientar alguns resultados já alcançados e que estão relacionados com a melhoria da eficácia do sistema educativo através:

- (i) do encerramento de algumas redes regionais de equipamentos do 1º ciclo do litoral, acabando com o regime duplo em algumas escolas, de onde se pode citar o exemplo que se prevê para o próximo ano letivo no Agrupamento de Escolas Manuel Teixeira Gomes em Portimão, onde das 4 situações existentes apenas se irão manter 2, sendo

que no ano letivo de 2016/2017, se prevê que este regime esteja totalmente erradicado; e

- (ii) da valorização das áreas do interior, contribuindo para a existência de Centros Escolares e permitindo o encerramento de escolas sem condições, que se encontravam completamente desfasadas das exigências de uma escola moderna.

Desta forma, na região do Algarve, em Setembro de 2014, existiam 234 estabelecimentos de educação/ensino distribuídos da seguinte forma:



No ano letivo 2014/2015, encontravam-se matriculados 58.956 alunos no ensino público e privado. Destaca-se que no caso do pré-escolar apenas 54% dos alunos frequentavam estabelecimentos de ensino público o que evidencia a limitação da oferta no ensino pré-escolar na rede pública.

**Quadro I - Alunos matriculados/inscritos**

<b>2014/2015</b>	<b>Educação Pré-escolar</b>	<b>1.º Ciclo</b>	<b>2.º Ciclo</b>	<b>3.º Ciclo</b>	<b>TOTAL</b>
Ensino público	6.289	18.196	9.591	12.866	46.942
Ensino público + privado	11.302	20.089	10.982	16.583	58.956

## Quadro II – Agrupamentos Escolares do Algarve

Concelhos	Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas	Escolas - Escolas Agrupadas	Nível/Ciclos	Nº Salas	Alunos inscritos em 2014/2015	Média de alunos por sala*	
Albufeira	Escolas de Albufeira	Escola Básica e Secundária de Albufeira	2º, 3º, Sec	30	767	26	
		EB Dr. Francisco Cabrita, Albufeira	2º, 3º	27	548	20	
		EB de Correeira, Albufeira	Pré; 1º	5+11	402	25	
		EB de Caliços, Albufeira	Pré; 1º	5+15	356	18	
		EB Vale de Pedras, Albufeira	Pré; 1º	4+12	350	22	
		Escolas de Albufeira Poente, Albufeira	Escola Secundária de Albufeira	Sec	42	888	21
		EB D. Martim Fernandes, Albufeira	2º; 3º	24	408	17	
		EB da Guia, Albufeira	1º; 2º; 3º	18	367	20	
		EB nº1 de Albufeira	1º	8	129	16	
		EB de Vale Parra, Albufeira	1º	4	63	16	
		EB de Sesmarias, Albufeira	1º	4	31	8	
		Jl de Guia, Albufeira	Pré	3	72	24	
		Jl de Vale Parra, Albufeira	Pré	2	50	25	
		Escolas de Ferreiras, Albufeira	EB de Ferreiras, Albufeira	1º; 2º; 3º	30	526	18
			Jl de Vale Serves, Ferreiras, Albufeira	Pré	3	69	23
			Jl de Ferreiras, Albufeira	Pré	6	135	23
			EB de Paderne, Albufeira	Pré; 1º; 2º; 3º	4+18	368	17
			EB Profª Diamantina Negrão, Montechoro, Albufeira	2º; 3º	20	446	22
			EB de Brejos, Albufeira	1º	6	103	17
			EB de Fontainhas, Albufeira	1º	6	113	19
			EB de Vale Carro, Albufeira	1º	5	89	18
			Jl de Vale Carro, Albufeira	Pré	2	48	24
			EB de Olhos de Água, Albufeira	Pré; 1º	4+6	199	20
	Alcoutim	Escolas de Alcoutim	EB Prof. Joaquim Moreira, Martinlongo, Alcoutim	1º; 2º; 3º	12	116	10
			EB de Alcoutim	1º; 2º; 3º	11	50	5
	Aljezur	Escolas de Aljezur	EB de Aljezur	Pré; 1º; 2º; 3º	4+8+15	439	16
			EB de Odeceixe, Aljezur	Pré; 1º	2+2	70	18
EB de Rogil, Aljezur			Pré; 1º	1+2	57	19	
Castro Marim	Escolas de Castro Marim	EB de Castro Marim	2º; 3º	18	244	14	
		EB de Odeleite, Castro Marim	1º	1	13	13	
		EB de Altura, Castro Marim	Pré; 1º	2+6	203	25	
		EB nº 1 de Castro Marim	Pré; 1º	3+8	151	14	
Faro	Escolas D. Afonso III, Faro	EB D. Afonso III, Faro	1º; 2º; 3º	30	661	22	
		EB de Alto de Rodes, Faro	1º	8	196	25	
		EB do Carmo, Faro	Pré; 1º	3+6	206	23	
	Escolas João de Deus, Faro	Escola Secundária João de Deus, Faro	Sec.	36	819	23	
		EB Santo António, Faro	2º; 3º	30	872	29	
		EB de Areal Gordo, Faro	1º	4	54	14	
		EB de Ferradeira, Faro	1º	2	36	18	
	EB nº 4 de Faro	1º	14	186	13		

Concelhos	Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas	Escolas - Escolas Agrupadas	Nível/Ciclos	Nº Salas	Alunos inscritos em 2014/2015	Média de alunos por sala*
Faro	Escolas de Montenegro, Faro	EB de Montenegro, Faro	Pré; 1º; 2º; 3º	35	788	23
		EB de Ilha do Ancão, Faro	1º	1	18	18
		EB de Marchil, Faro	1º	2	50	25
		EB de Patação, Faro	1º	3	52	17
	Escolas Pinheiro e Rosa, Faro	Escola Secundária Pinheiro e Rosa, Faro	Sec	36	411	11
		EB Poeta Emiliano da Costa, Estoi, Faro	2º; 3º	20	350	18
		EB de Bordeira, Faro	Pré; 1º	1+2	75	25
		EB de Estoi, Faro	1º	5	106	21
		EB de Conceição, Faro	Pré; 1º	3+6	207	23
		EB de Santa Bárbara de Nexe, Faro	Pré; 1º	1+3	89	22
		EB Dr. José de Jesus Neves Júnior, Faro	2º; 3º	30	437	15
		EB da Lejana	Pré; 1º	3+12	164	11
		EB n.º 5 de Faro	1º	10	261	26
	Escolas Tomás Cabreira, Faro	Escola Secundária Tomás Cabreira, Faro	Sec	36	1202	33
		EB Dr. Joaquim Rocha Peixoto Magalhães, Faro	2º; 3º	33	1009	31
EB de S. Luís, Faro		1º	13	414	32	
EB do Bom João, Faro		1º	9	262	29	
EB de Ilha da Culatra, Faro		1º	2	23	12	
Escola doEBM Ilha da Culatra, Faro		2º	2	13	7	
Lagoa	Escolas Rio Arade, Parchal, Lagoa	EB Rio Arade, Parchal, Lagoa	2º; 3º	21	324	15
		EB Professor João Cónim, Estômbar, Lagoa	2º; 3º	14	266	19
		EB de Estômbar, Lagoa	1º	5	119	24
		EB de Mexilhoeira da Carregação, Lagoa	Pré; 1º	2+5	151	22
		EB de Ferragudo, Lagoa	Pré; 1º	3+8	236	21
		EB de Parchal, Lagoa	Pré; 1º	1+6	115	16
		Jl de Estômbar, Lagoa	Pré	1	25	25
		Jl nº 2 de Parchal, Lagoa	Pré	1	25	25
	Escolas Padre António Martins de Oliveira, Lagoa	ES Padre António Martins de Oliveira, Lagoa	3º; Sec	30	522	17
		EB Jacinto Correia, Lagoa	2º; 3º	30	525	18
		EB de Carvoeiro, Lagoa	1º	4	91	23
		EB de Lagoa	Pré; 1º	4+17	431	21
EB de Porches, Lagoa		Pré; 1º	1+4	70	14	
Jl de Carvoeiro, Lagoa		Pré	1	25	25	
Lagos	Escolas Júlio Dantas, Lagos	Escola Secundária de Júlio Dantas, Lagos	Sec	53	1019	19
		EB Tecnopolis de Lagos	2º; 3º	36	758	21
		EB de Luz, Lagos	1º	2	45	23
		EB nº 1 de Lagos	1º	10	238	24
		EB de Espiche, Lagos	Pré; 1º	1+1	61	31
		EB de Santa Maria, Lagos	Pré; 1º	4+8	256	21
		Escolas Gil Eanes, Lagos	ES Gil Eanes, Lagos	3º; Sec	30	589
EB das Naus, Lagos	2º; 3º		25	638	26	
EB de Chinicato, Lagos	1º		5	41	8	
EB de Bensafrim, Lagos	1º		4	48	12	
EB nº 3 de Lagos	Pré; 1º		2+10	238	20	
EB de Odiáxere, Lagos	1º		6	85	14	
EB de Ameijeira, Lagos	Pré; 1º		4+10	328	23	



Concelhos	Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas	Escolas - Escolas Agrupadas	Nível/Ciclos	Nº Salas	Alunos inscritos em 2014/2015	Média de alunos por sala*
Loulé	Escolas de Almancil, Loulé	EB Dr. António de Sousa Agostinho, Almancil, Loulé	2º; 3º	30	654	22
		EB de Almancil, Loulé	Pré; 1º	6	161	27
		EB nº 2 de Almancil, Loulé	Pré; 1º	4+12	369	23
		EB de São Lourenço, Loulé	1º	3	59	20
		EB de S. João da Venda, Loulé	Pré; 1º	2+4	121	20
		Jl de Almancil, Loulé	Pré	4	92	23
	Escolas Eng.º Duarte Pacheco, Loulé	EB Eng.º Duarte Pacheco, Loulé	2º; 3º	30	650	22
		EB de Estação, Loulé	1º	2	21	11
		EB Mãe Soberana, Loulé	1º	9	204	23
		EB de Gilvrasino, Loulé	Pré; 1º	4	59	15
		EB de Hortas de Stº António, Loulé	Pré; 1º	3+8	260	24
		Jl Mira Serra, Loulé	Pré	4	94	24
		EB Prof. Dr. Anibal Cavaco Silva, Boliqeime, Loulé	1º; 2º; 3º	22	431	20
		EB de Benfarras, Boliqeime, Loulé	Pré; 1º	1+3	86	22
		EB de Vale Judeu, Loulé	Pré; 1º	1+4	123	25
		EB de Vale Silves, Boliqeime, Loulé	Pré; 1º	1+3	88	22
		Jl de Patã de Cima, Loulé	Pré	1	18	18
	Escolas Drª Laura Ayres, Quarteira, Loulé	ES Drª Laura Ayres, Quarteira, Loulé	3º; Sec.	42	858	20
		EB S. Pedro do Mar, Quarteira, Loulé	2º; 3º	25	454	18
		EB de Fonte Santa, Loulé	Pré; 1º	3+8	113	10
		EB de Quarteira, Loulé	1º	9	174	19
		EB de Abelheira, Quarteira, Loulé	Pré; 1º	3+8	239	22
		Jl nº 3 de Quarteira, Loulé	Pré	4	100	25
	Escolas D. Dinis, Quarteira, Loulé	EB D. Dinis, Quarteira, Loulé	2º; 3º	24	494	21
		EB D. Francisca de Aragão, Quarteira, Loulé	Pré; 1º	22	528	24
	Escolas Padre João Coelho Cabanita, Loulé	EB Padre João Coelho Cabanita, Loulé	2º; 3º	30	726	24
		EB nº 1 de Areiro, Loulé	1º	2	28	14
EB Prof. Manuel Martins Alves, Loulé		Pré; 1º	4+12	385	24	
EB de Querença, Loulé		Pré; 1º	1+1	27	14	
Jl de Clareanes, Loulé		Pré	1	24	24	
EB nº 3 de Loulé		Pré; 1º	2+4	137	23	
EB nº 4 de Loulé		Pré; 1º	3+8	247	22	
EB Professor Sebastião José Pires Teixeira, Salir, Loulé		Pré; 1º; 2º; 3º	2+18	300	15	
EB de Alte, Salir, Loulé		1º	4	44	11	
EB de Cortelha, Loulé		1º	1	9	9	
EB de Benafim Grande, Loulé		Pré; 1º	1+2	48	16	
EB de Tôr, Loulé		Pré; 1º	1+2	44	15	
Escola Secundária de Loulé		Sec	42	1105	26	
Monchique		Escolas de Monchique	EB Manuel do Nascimento, Monchique	2º; 3º	24	198
	EB nº 1 de Monchique		1º	4	74	19
	EB de Marmetele, Monchique		Pré; 1º	1+2	23	8
	EB nº 2 de Monchique		Pré; 1º	5+4	180	20

Concelhos	Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas	Escolas - Escolas Agrupadas	Nível/Ciclos	Nº Salas	Alunos inscritos em 2014/2015	Média de alunos por sala*
Olhão	Escolas Professor Paula Nogueira, Olhão	EB Professor Paula Nogueira, Olhão	2º, 3º	24	490	20
		EB nº 5 de Olhão	1º	6	207	35
		EB nº 1 de Pechão, Olhão	1º	4	79	20
		EB nº 4 de Olhão	Pré; 1º	3+8	230	21
		Jl de Pechão, Olhão	Pré	2	50	25
		EB José Carlos da Maia, Olhão	Pré; 1º; 2º; 3º	4+12+25	980	24
		EB de Brancanes, Olhão	1º	2	30	15
		EB de Quelfes, Olhão	Pré; 1º	1+2	62	21
	Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes	Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão	Sec.	48	1011	21
		EB Dr. João Lúcio, Fusetas, Olhão	1º; 2º; 3º	34	297	9
		EB de Fusetas, Olhão	1º	8	68	9
		Jl de Fusetas, Olhão	Pré	3	49	16
		EB Dr. António João Eusébio, Moncarapacho, Olhão	2º; 3º	15	255	17
		EB de Moncarapacho, Olhão	Pré; 1º	5+10	324	22
		Escolas de João da Rosa, Olhão	EB João da Rosa, Olhão	2º; 3º	29	475
EB nº 1 de Marim, Olhão			1º	2	38	19
EB nº 6 de Olhão	Pré; 1º		3+11	227	16	
EB Cavalinha, Olhão	Pré; 1º		3+9	281	23	
EB Dr. Alberto Iria, Olhão	2º; 3º		26	479	18	
Escolas de Bemposta, Portimão	Escola Básica e Secundária da Bemposta, Portimão	2º; 3º; Sec.	30	667	22	
	EB D. João II, Alvor, Portimão	2º; 3º	18	128	7	
	EB de Mexilhoeira Grande, Portimão	1º; 2º; 3º	22	277	13	
	EB de Montes de Alvor, Portimão	1º	4	98	25	
	EB de Alvor, Portimão	Pré; 1º	4+6	237	24	
	EB de Figueira, Portimão	1º	2	37	19	
	Jl de Montes de Alvor, Portimão	Pré	2	50	25	
	Jl Quatro Estradas, Portimão	Pré	2	50	25	
	Jl de Figueira, Portimão	Pré	2	48	24	
	Jl de Mexilhoeira Grande, Portimão	Pré	2	49	25	
	Escolas Manuel Teixeira Gomes, Portimão	Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, Portimão	Sec	42	1010	24
		EB Prof. José Buísel, Portimão	2º; 3º	36	694	19
		EB Major David Neto, Portimão	Pré; 1º	2+18	563	28
		Jl de Fojo, Portimão	Pré	3	75	25
	Escolas Poeta António Aleixo, Portimão	Escola Secundária Poeta António Aleixo, Portimão	Sec.	63	1043	17
EB D. Martinho de Castelo Branco, Portimão		2º; 3º	36	835	23	
EB de Pontal, Portimão		Pré; 1º	8+22	656	22	
Escolas Eng.º Nuno Mergulhão, Portimão	EB Eng.º Nuno Mergulhão, Portimão	2º; 3º	20	368	18	
	EB Coca Maravilhas, Portimão	Pré; 1º	5+16	344	16	
	EB de Vendas, Portimão	Pré; 1º	2+5	147	21	
Escolas Júdice Fialho, Portimão	EB Júdice Fialho, Portimão	2º; 3º	27	573	21	
	EB de Chão das Donas, Portimão	1º	5	110	22	
	EB de Pedra Mourinha, Portimão	Pré; 1º	3+15	442	25	
	Jl de Chão das Donas, Portimão	Pré	2	50	25	
	Jl de Pedra Mourinha, Portimão	Pré	2	50	25	

Concelhos	Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas	Escolas - Escolas Agrupadas	Nível/Ciclos	Nº Salas	Alunos inscritos em 2014/2015	Média de alunos por sala*
São Brás de Alportel	Escolas José Belchior Viegas, São Brás de Alportel					
		ES José Belchior Viegas, São Brás de Alportel	Sec.	22	275	13
		EB Poeta Bernardo de Passos, São Brás de Alportel	2º; 3º	30	580	19
		EB de Alportel, São Brás de Alportel	1º	2	24	12
		EB de Mesquita Baixa, São Brás de Alportel	1º	2	37	19
		EB de Vilarinhos, São Brás de Alportel	1º	2	32	16
		EB nº 2 de São Brás de Alportel	1º	5	122	24
		EB nº 1 de São Brás de Alportel	Pré; 1º	8+12	376	19
		JI de Corotelo, São Brás de Alportel	Pré	1	24	24
		JI de Mealhas, São Brás de Alportel	Pré	1	24	24
Silves	Escolas de Silves Sul					
		EB Dr. António da Costa Contreiras, Armação de Pera, Silves	2º; 3º	22	499	23
		EB de Armação de Pêra, Silves	1º	12	208	17
		EB de Alcantarilha, Silves	Pré; 1º	2+4	127	21
		EB de Pêra, Silves	Pré; 1º	2+4	130	22
		JI de Armação de Pêra, Silves	Pré	3	75	25
		EB de Algoz, Silves	2º; 3º	22	287	13
		EB de Tunes, Silves	Pré; 1º	2+4	109	18
		EB nº 1 de Algoz, Silves	Pré; 1º	3+8	205	19
		Escolas de Silves				
	Escola Secundária de Silves	Sec.	42	602	14	
	EB João de Deus, São Bartolomeu de Messines, Silves	1º; 2º; 3º	24	436	18	
	EB de Amorosa, Silves	1º	2	34	17	
	EB de Portela, Silves	1º	2	44	22	
	EB de São Bartolomeu de Messines, Silves	1º	4	95	24	
	EB de São Marcos da Serra, Silves	1º	2	34	17	
	JI de São Bartolomeu de Messines, Silves	Pré	2	45	23	
	JI de São Marcos da Serra, Silves	Pré	1	13	13	
	EB Dr. Garcia Domingues, Silves	2º; 3º	30	572	19	
	EB nº 1 de Silves	1º	12	306	26	
	EB nº 2 de Silves	Pré; 1º	2+6	152	19	
	JI nº 1 de Silves	Pré	3	72	24	
Tavira	Escolas Dr. Jorge Augusto Correia, Tavira					
		Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, Tavira	Sec	42	764	18
		EB D. Paio Peres Correia, Tavira	2º; 3º	25	523	21
		EB de Cabanas, Tavira	1º	2	44	22
		EB Horta do Carmo, Tavira	Pré; 1º	2+12	335	24
		EB de Conceição de Tavira, Tavira	Pré; 1º	1+2	56	19
		Escolas D. Manuel I, Tavira				
		EB D. Manuel I, Tavira	Pré; 1º; 2º; 3º	2+7+30	996	26
		EB da Luz, Tavira	1º	4	69	17
		EB de Santa Catarina, Tavira	1º	3	40	13
	EB n.º 1 de Santa Luzia, Tavira	1º	4	72	18	
	EB n.º 1 de Tavira	1º	8	124	16	
	EB de Santo Estevão, Tavira	Pré; 1º	1+2	51	17	
	JI de Luz de Tavira, Tavira	Pré	2	40	20	
	JI de Tavira	Pré	3	65	22	

Concelhos	Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas	Escolas - Escolas Agrupadas	Nível/Ciclos	Nº Salas	Alunos inscritos em 2014/2015	Média de alunos por sala*
Vila do Bispo	Escolas de Vila do Bispo					
		EB de São Vicente, Vila do Bispo	2º; 3º	20	234	12
		EB de Budens, Vila do Bispo	1º	2	35	18
		EB de Salema, Vila do Bispo	1º	1	17	17
		EB de Vila do Bispo	1º	4	46	12
		EB n.º 2 de Sagres, Vila do Bispo	1º	4	47	12
		Jl de Budens, Vila do Bispo	Pré	1	25	25
		Jl de Sagres, Vila do Bispo	Pré	1	25	25
Vila Real de Santo António	Escolas de Vila Real de Santo António					
		ES de Vila Real de Santo António	3º; Sec.	39	802	21
		EB Infante D. Fernando, Vila Nova de Cacela, VRSA	2º; 3º	12	248	21
		EB Manuel Cabanas, Vila Nova de Cacela, VRSA	Pré; 1º	3+5	180	23
		Escolas D. José I, Vila Real de Santo António				
		EB D. José I, Vila Real de Santo António	2º; 3º	27	587	22
		EB de Monte Gordo, Vila Real de Santo António	Pré; 1º; 2º; 3º	2+8+20	453	15
		EB de Santo António, Vila Real de Santo António	Pré; 1º	5+8	298	23
		EB António Aleixo, Vila Real de Santo António	Pré; 1º	2+2	102	26
		EB Prof. Caldeira Alexandre, Vila Real de Santo António	Pré; 1º	2+14	345	22

## 2.2.2. - Rede viária e percursos escolares

No que se refere à rede rodoviária do Algarve e à sua importância em relação à forma como pode possibilitar a frequência da escolaridade obrigatória a todas as crianças em idade escolar da região, salienta-se o facto desta se estruturar a partir do IP 1/A 2 e da VLA (A 22) que estabelecem a ligação ao resto do país e a Espanha.

No caso concreto da A 22, esta estrutura ainda as ligações longitudinais regionais no sentido Este-Oeste e é complementada por duas vias de distribuição intrarregionais: a sul a ER 125 e a norte a ER 124/ER 267, no entanto não é uma via utilizada para os fins referidos no parágrafo anterior.

Quanto à ER 125, esta estabelece a interligação do sistema urbano (polinucleado) regional litoral, desempenhando o eixo transversal serrano (ER 124/ER 267) o mesmo papel no interior, ligando entre si as principais sedes de concelho e freguesias serranas. Neste caso, pode mencionar-se o facto desta via ser uma via de uso mais frequente no que se refere à sua utilização para percursos escolares de alunos de meios rurais para as escolas que têm que frequentar.

A malha rodoviária regional principal completa-se através de algumas ligações Norte-Sul, que asseguram o acesso direto aos centros do interior serrano, bem como as principais

ligações ao Alentejo, como é o caso do IC 27 e IC 4, da EN 2, EN 266 ou EM 397, vias estas que também têm uma utilização como vias de percursos escolares.

De referir também, que o serviço público de transportes é assimétrico na sua cobertura e frequência, e que quando encarado como alternativa aos alunos dos diferentes ciclos para as suas deslocações casa/escola, se mostra razoável no território litoral e não adequado na (sobretudo pela frequência), nos territórios de baixa densidade (territórios esses onde o número de alunos obriga a maior estratégias de mobilidade e concentração, para responder a racionais de sustentabilidade e enriquecimento curricular). Estas assimetrias sendo genéricas no território, são ainda mais restritas entre alguns concelhos da serra Algarvia, motivados pela escassez da procura (que não mobiliza os operadores de transportes). Este facto é relevante e penalizador para os alunos que tem que percorrer algumas horas de transportes para chegar à escola e deve no nosso entender ser ponderado enquanto fator de equilíbrio da rede.

### **2.2.3. - A evolução demográfica**

A demografia regional regista uma trajetória de evolução positiva no último período intercensitário, com a população residente a crescer, fruto da alteração de fluxos migratórios explicados pela oferta de emprego no complexo de atividades da imobiliária turística, alojamento hoteleiro, restauração e lazer e pela dinâmica da função residencial, sobretudo da população estrangeira aposentada.

Apesar de nos últimos quatro anos se ter registado um decréscimo do volume de alunos matriculados quer no ensino regular, quer nas várias modalidades de formação, com base em indicadores do INE e considerando os objetivos de escolarização universal até aos 12 anos de escolaridade ou aos 18 anos de idade, as previsões elaboradas pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e referentes à Região do Algarve (ensinos público e privado) indicam que, contrariando as tendências nacionais, **a região do Algarve tem uma previsão de crescimento do número de alunos nos próximos anos em todas as modalidades e ciclos de ensino.**

A única exceção a esta tendência encontra-se no 1º ciclo do ensino básico, com alguma perda de alunos neste nível de ensino que **não se prevê superior a 3%** nos próximos anos, de 19.832 para 19.242 alunos.

Contrariamente ao 1º ciclo, prevê-se para o **2º ciclo um crescimento constante nos próximos anos, com um aumento de cerca de 1.500 alunos.** A única exceção será no ano letivo de 2016/17 onde se prevê uma ligeira quebra no número de alunos no 5.º ano.

O ensino secundário regular e artístico também deverá conhecer um aumento significativo de 9%, de 7.869 alunos para 8.592 alunos<sup>1</sup>.

**Quadro III - Previsão do n.º de alunos para região do  
Algarve, 2013-2019**

<b>Ano letivo</b>	<b>1.º Ciclo</b>	<b>2.º Ciclo</b>	<b>3.º Ciclo</b>
2012/13	19.832	10.464	15.860
2013/14	20.115	10.903	16.059
2014/15	20.325	11.270	16.453
2015/16	20.235	11.646	16.854
2016/17	20.255	11.807	17.454
2017/18	19.966	11.836	18.051
2018/19	19.242	11.940	18.442

Fonte: DGEEC/MEC.

#### **2.2.4. - Estabelecimentos intervencionados com fundos comunitários**

Durante o período do QCA III e o QREN (de 2000 a 2014) a rede escolar foi modernizada e atualizada especialmente no que respeita ao ensino básico e à educação pré-escolar que teve com resultado a melhoria da eficácia do sistema educativo através do:

- Fecho das redes regionais de equipamentos do 1º ciclo do litoral, acabando com o regime duplo;
- Valorização das áreas do Interior contribuindo para a existência de “escolas completas” e permitindo o encerramento de escolas sem condições, que se encontravam completamente desfasadas das exigências de uma escola moderna.

A política desenvolvida teve ainda efeitos positivos ao nível da atratividade de população qualificada para áreas mais deprimidas, na igualdade de género uma vez que permite a disponibilidade da mulher para o mercado de trabalho através da ocupação das crianças durante todo o dia, e deu um forte contributo para a igualdade de oportunidades de acesso à educação entre o Interior e o Litoral e entre Cidades e o Meio Rural.

---

<sup>1</sup> DGEEC, Modelo de previsão do número de alunos em Portugal por regiões – impacto do alargamento da escolaridade obrigatória, 2014.

#### **2.2.4.1. - A Política de investimento no QCA III**

Durante o período de implementação do QCA III, foi efetuado um trabalho conjunto entre a CCDR, a Direção Regional de Educação do Algarve e a Associação de Municípios (AMAL), que permitiu definir uma estratégia de intervenção, identificando as listagens dos equipamentos necessários, para garantir uma cobertura eficaz das principais prioridades regionais através da qualificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e da racionalização dos investimentos (requalificação de escolas existentes com encerramento de algumas escolas especialmente no meio rural e construção de novas escolas essencialmente no litoral e nas aglomerações urbanas mais significativas).

Privilegiou-se a abordagem de "Centro Escolar", integrando de preferência outros níveis de ensino, especialmente o pré-escolar, no mesmo espaço, tentando rentabilizar os equipamentos de utilização comum.

Este trabalho teve como objetivo a melhoria da eficácia do sistema educativo, através do fecho das redes regionais de equipamentos educativos do 1º ciclo acabando com o "regime duplo" e contribuindo para a valorização de áreas de Baixa Densidade através do conceito "escolas completas" o que permitiu ir encerrando as escolas sem condições.

Foram identificadas nas Medidas enquadradas pelo FEDER, as candidaturas com possibilidade de encaixe financeiro a partir de critérios de prioridade no âmbito do Plano de Ação e PEREB 1 (1ª e 2ª fase):

- **Eixo 1-** Medida 1 – Construção de centros escolares e novas escolas EB1 incluindo salas de pré-escolar, ampliação, e requalificação de edifícios, criando salas de aula apetrechadas para aulas práticas e experimentais e espaços para novas valências (refeitório, sala polivalente, biblioteca, sala de informática entre outros).

Foram aprovadas 41 candidaturas com um investimento total de 23,3 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 15,3 milhões de Euros, as quais permitiram a intervenção em 49 escolas de 1º ciclo (das quais 23 centros escolares).

- **Eixo 2** – Medida 1 – requalificação e valorização dos espaços exteriores das escolas, através da instalação de campos de jogos, equipamento infantil,

mobiliário urbano e criação de espaços verdes e hortas pedagógicas entre outros com o objetivo de dotar as áreas de Baixa Densidade de equipamentos e espaços de lazer inexistentes nas povoações em causa e transformando as escolas em espaços de interação das populações rurais de diferentes níveis etários.

Foram apoiados 12 projetos com um investimento total de 1,9 Milhões de Euros e uma comparticipação FEDER DE 1,3 Milhões de Euros em 8 municípios diferentes.

- **Eixo 3** – Medida 1 – Construção de jardim-de-infância, criação de novas salas de educação pré-escolar – através do seu apetrechamento com mobiliário e material didático, construção de salas polivalentes, gabinetes e espaços para recreio, laboratórios e infraestruturas desportivas especialmente nas EB 2,3.

A medida aprovou um total de 47 projetos, com um valor FEDER de cerca de 26,4 Milhões e um investimento total de 35,8 Milhões de Euros. Concretizaram-se 17 estabelecimentos de educação pré-escolar, 42 laboratórios do ensino básico e secundário, 14 infraestruturas desportivas, em escolas de ensino básico, entre outras.

Este trabalho suportado nas Cartas educativas concelhias revistas ao longo deste período permitiu encerrar 112 escolas do 1º ciclo entre 2001 e 2013.

No âmbito do 2º e 3º ciclo neste mesmo período temporal (QCA III), a prioridade no que respeita aos apoios comunitários, foi atribuída apenas pontualmente à construção de novas escolas uma vez que a rede se encontrava já estabilizada, mas centrou-se sobretudo na introdução de novas valências que não dispunham de instalações adequadas nas escolas existentes (ex: pavilhões desportivos ou equipamentos específicos para diferentes tipologias de ensino como é o caso da música).

#### **2.2.4.2. - A Consolidação da Política de investimento no contexto QREN**

No início da implementação do QREN, retomou-se o trabalho realizado entre a CCDR, o Ministério de Educação (Direção Regional) e a AMAL com vista à definição de uma estratégia de intervenção, tendo sido identificados os equipamentos necessários para garantir uma cobertura eficaz das principais prioridades regionais. Realizou-se um trabalho de recolha de prioridades dos Municípios que ultrapassavam em muito as disponibilidades financeiras do programa. Do trabalho conjunto realizado por estas 3 entidades resultou um Plano de Ação



que norteou a intervenção efetuada durante o período do QREN e que serviu de base à **contratualização com os Municípios** (contrato assinado em **Maio 2009**).

O Contrato de Delegação de Competências celebrado em Maio de 2009 entre a Autoridade de Gestão e a AMAL identificava as operações de Rede Escolar selecionadas em articulação com os beneficiários e a Direção Regional de Educação do Algarve, com um investimento FEDER associado de 16 milhões.

Para além de outros critérios técnicos definidos, as operações foram selecionadas em função da sua prioridade e exequibilidade a curto/médio prazo, no pressuposto de constituírem um forte contributo para a rápida execução do Programa.

O balanço das intervenções no período do QREN consta do quadro seguinte:

**QUADRO IV – Intervenções QREN**

Concelho	Escolas Previstas	Escolas Executadas	Escolas não Executadas	Escolas ainda em Falta
	Nº	Nº	Nº	Nº
<b>ALBUFEIRA</b>	3	3	0	
<b>FARO</b>	3	2	1	1
<b>LAGOA</b>	2	1	1	
<b>LAGOS</b>	2	1	1	
<b>LOULÉ</b>	4	3	1	
<b>OLHÃO</b>	4	3	1	1
<b>PORTIMÃO</b>	2	1	1	
<b>SILVES</b>	3	0	3	
<b>TAVIRA</b>	3	1	2	
<b>VRSA</b>	2	2	0	
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>2</b>

Face às restrições orçamentais dos municípios, não foram executadas todas as obras previstas o que conjugado com o decréscimo da população escolar prevista no caso do 1º ciclo, permite concluir que será necessário realizar apenas 2 escolas do 1º ciclo para eliminar o “regime duplo”.

No período do QREN apenas foram apoiadas escolas de 1º ciclo e pré-escolar, conforme quadro seguinte:

Concelho	Nome do estabelecimento	Intervenção			
		Tipo	Ano	Valor elegível	Fundo Comunitário
Albufeira	Centro Escolar da Guia	Construções de raiz	2012	998.564,82 €	649.067,13 €
	EB da Correeira		2007	42.798,43 €	21.399,22 €
	EB de Vale Pedras		2010	1.979.231,21 €	1.286.500,28 €
Faro	Centro Escolar de Lejana	Construção de raiz Ampliação e requalificação	2014	2.476.144,40 €	1.609.493,86 €
	EB de Vale de Carneiros		2012	599.652,37 €	389.774,04 €
Lagoa	Jardim de Infância de Ferragudo	Ampliação e requalificação	2010	228.713,40 €	148.663,71 €
Lagos	EB n.º 1 de Lagos	Ampliação e requalificação	2009	912.525,00 €	593.141,25 €
Loulé	Centro Escolar da Fonte Santa	Construções de raiz	2014	1.836.699,00 €	1.193.854,35 €
	Centro Escolar de Almancil		2012	2.615.399,99 €	1.699.970,99 €
	Centro Escolar de Vale de Rãs		2012	2.923.810,62 €	1.900.476,90 €
Olhão	Centro Escolar de José Carlos da Maia	Construção de raiz Ampliação Ampliação e construção de JI	2012	2.505.075,68 €	1.628.299,18 €
	EB1/JI de Moncarapacho		2014	1.254.839,06 €	1.003.871,25 €
	EB1 n.º 6 de Olhão		2012	1.491.912,09 €	969.742,85 €
Portimão	Centro Escolar do Pontal	Construção de raiz	2013	3.405.026,08 €	2.724.020,85 €
Tavira	Centro Escolar da Horta do Carmo	Construção de raiz	2012	2.326.614,00 €	1.861.291,20 €
Vila Real de Santo António	Centro Escolar de Montegordo	Ampliação Construção de raiz	2013	587.779,33 €	382.056,56 €
	EB de Santo António		2011	1.755.384,79 €	878.192,40 €

Fonte: QREN

### **3. - Elementos relevantes da política de ensino**

A análise dos níveis de habilitações literárias da população da região do Algarve evidencia défices acentuados de qualificação escolar (e também profissional), com destaque para as ofertas profissionais relacionadas com as atividades turísticas que pressionam saídas precoces do sistema escolar e nem sequer estimulam o investimento na formação de ativos, em resultado do predomínio de relações precárias de trabalho nas empresas dessas atividades.

Porém, as problemáticas de uma política de ensino que tenha por base a valorização dos recursos humanos e do emprego adquirem particular relevância no horizonte do próximo período de programação dos Fundos Estruturais, pelos contributos que podem proporcionar para uma estratégia de desenvolvimento que valorize a qualificação dos recursos e dos fatores de competitividade regionais, mas que contemplem, simultaneamente, as exigências que decorrem da coesão social.

Essa relevância é centrada em dois quadros de referência complementares:

- (i) Desenvolvimento e concretização da Estratégia Europeia para o Emprego e, designadamente, das políticas ativas de emprego, com destaque para as medidas e modalidades formativas que operacionalizam a Estratégia da Aprendizagem ao Longo da Vida;
- (ii) Objetivos específicos associados à reforma das políticas de coesão referentes à valorização dos recursos humanos apoiadas pelo FSE e que veiculam justamente a relação competitividade/coesão:
  - i. reforçar a qualificação dos recursos humanos para aumentar o potencial de emprego e a produtividade do trabalho (objetivo convergência); e
  - ii. melhorar a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas/inclusão social dos mais desfavorecidos/lutar contra as discriminações/desenvolver parcerias e redes para o emprego e a inclusão (objetivo competitividade regional e emprego).

Esta abordagem multifacetada da mobilização de recursos e iniciativas, sob a matriz da qualificação de jovens e adultos, quer no que se refere a uma escolaridade associada a um percurso regular, quer no que se refere a uma opção de caráter formativo e qualificante, ou

seja, de uma qualificação dos recursos humanos no Algarve e no horizonte da próxima década, deve caminhar em paralelo com intervenções consistentes nos seguintes domínios:

- (i) Inovação e desenvolvimento tecnológico (segundo uma lógica de consolidação de competências regionais); e
- (ii) Iniciativa empresarial/empreendedorismo, domínio crucial para a renovação do tecido socioeconómico regional e para a validação/integração de competências escolares e profissionais.

A política desenvolvida tem ainda efeitos positivos ao nível da atratividade de população qualificada para áreas mais deprimidas, na igualdade de género uma vez que permite a disponibilidade da mulher para o mercado de trabalho através da ocupação das crianças durante todo o dia e um forte contributo para a igualdade de oportunidades de acesso à educação entre o Interior e o Litoral e entre o Urbano e o Rural.

#### **4. - Necessidades infraestruturais e preparação da intervenção 2014-2020**

Na sequência do trabalho já referido realizado entre a CCDR, o Ministério de Educação (Direção Regional) e a AMAL no âmbito do QREN para a definição de uma estratégia de intervenção, para garantir a cobertura eficaz do território regional, prosseguiram-se reuniões com a **DGESste/DSRAL** e com a **AMAL** para identificar as intervenções prioritárias, tendo por base a carta educativa estabilizada à escala municipal, que ultrapassavam significativamente as disponibilidades financeiras do Programa.

Este trabalho só foi possível porque, como ficou demonstrado, existiu uma linha de intervenção clara para a concretização de uma política ponderada e criteriosa, ajustada com os parceiros regionais ao longo dos diferentes ciclos de programação e suportada em necessidades estruturais e demográficas coerentes.

O balanço atual, ponderando os pressupostos constantes do enquadramento do presente documento e as dotações financeiras limitadas do período de programação 2020, conduzem a um conjunto de intervenções pontuais que completam as intervenções do QREN.

O mapeamento das prioridades regionais tiveram assim como base a identificação das necessidades com vista ao cumprimento de três objetivos:

- Concluir as intervenções no pré-escolar e no 1.º ciclo para uma total racionalização da rede nestes níveis de ensino (terminando com horários em regime duplo);

- Requalificar algumas escolas básicas (EB 2,3) mais antigas e com uso intenso, introduzindo em algumas o ensino secundário, tendo em vista a conclusão do processo de agregação em curso;
- Completar a requalificação das escolas secundárias da região para que o princípio da igualdade de oportunidades se verifique na região;

Tendo consciência que a resposta integral a todas estas preocupações, extravasa claramente a capacidade de intervenção do Programa Operacional, para este domínio, foi necessário definir um racional intercalar de intervenção para a seleção de prioridades.

#### **4.1. - Critérios de intervenção do PO**

Assim, considerando que:

- (i) no Algarve a quebra do número de alunos será menos acentuada;
- (ii) os investimentos realizados nos anteriores períodos de programação, em especial no período 2007-2013, incidiram fundamentalmente na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico;
- (iii) subsistem algumas escolas onde não foi possível erradicar totalmente os horários de regime duplo;
- (iv) permanecem situações de desadequação e de degradação de equipamentos educativos, que não permitem cumprir as mínimas condições funcionais ambientais e de conforto térmico e acústico (em particular nos 2º e 3º ciclo);
- (v) necessidade crescente de articulação e gestão conjunta entre os diferentes ciclos de educação e ensino, em especial nas áreas de baixa densidade demográfica.

E tendo em conta a necessidade de ajustar as condições de modernização de alguns equipamentos escolares às condições ideais para cumprir a sua missão, obrigam a ter em consideração alguns aspetos específicos, tais como:

- (i) - Corrigir problemas construtivos e infraestruturais;
- (ii) - Melhorar as condições de segurança;
- (iii) - Cumprir regulamentos como o RSECE, SCIE, ACÚSTICO, ITED – relacionados com o comportamento termo-higrométrico, conforto lumínico e acústico, assim como com a

- eficiência energética e a criação de condições para a curto/médio prazo ser garantida a autossuficiência energética das escolas através do recurso a energias renováveis;
- (iv) - Melhorar condições de habitabilidade e de acessibilidade;
  - (v) - Adequar os espaços letivos a exigências curriculares mais práticas e pedagógicas;
  - (vi) - Modernizar equipamentos e infraestruturas de apoio letivo ao plano tecnológico; e
  - (vii)- Garantir flexibilidade/adaptabilidade/durabilidade dos espaços (letivos e não letivos).

E ainda que a definição das prioridades terá em consideração os seguintes orientações:

- (i) As intervenções nos **Jardins de Infância devem permitir o alargamento da rede de oferta no que se refere a este nível de ensino;**
- (ii) As intervenções nas escolas de **1º Ciclo devem acabar com o regime duplo** (entendendo-se por fim do regime duplo, a garantia de uma sala de aula para cada turma); e
- (iii) As intervenções no caso do **2º e 3º ciclo devem dar prioridade à eliminação de infraestruturas em que o estado de conservação não responde às exigências atuais em termos de condições funcionais, ambientais e de conforto térmico/acústico, bem como às exigências de uma escola do século XXI.**

Definem-se, face ao exposto anteriormente como **critérios prioritários para as intervenções** a efetuar:

- (i) a existência de regimes duplos nos agrupamentos de escolas;
- (ii) o estado de degradação dos estabelecimentos;
- (iii) as condições de conforto térmico/acústico dos estabelecimentos;
- (iv) a desatualização e desadequação das salas de aula face às exigências de uma escola do século XXI;
- (v) o percurso casa-escola a efetuar pelos alunos de forma a permitir-lhes garantir a escolaridade obrigatória;
- (vi) o número de intervenções em escolas do concelho;
- (vii) a procura por parte da população face à oferta existente ao nível do binómio ensino público/ensino privado;

## 4.2. - Objetivos específicos a concretizar

Serão tidos em consideração, as seguintes orientações de intervenção:

a) Intervenção no **Ensino Básico do 1º ciclo e pré-escolar** que permitam garantir:

- a eliminação do regime duplo garantindo a existência de apenas 1 sala de aula por turma e permitindo a utilização deste espaço para atividades, para além do período escolar de interação com as comunidades, que completem e valorizem a educação das crianças e contribuam para uma melhor organização familiar;
- a criação de valências de utilização comum como sejam bibliotecas, cantinas e espaço polivalente para reuniões, atividades culturais e desportivas ou salas de professores e receção de pais;
- a modernização das salas de aulas para utilização informática e atividades experimentais;
- a melhoria das condições dos espaços funcionais, ambientais e de conforto térmico/acústico.

b) Intervenção de **Ensino Básico de 2º e 3º ciclo** que permitam garantir:

- a eliminação da existência de escolas em mau estado de conservação com mais de 15 anos sem intervenção, que não cumpram regras mínimas ambientais, de higiene e segurança, acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada conforto térmico ou acústico, salubridade dos espaços resolvendo infiltrações, deterioração de equipamentos, degradação da rede de esgotos, etc.;
- que os alunos não se desloquem mais de 25 Km para acederem ao estabelecimento de ensino mais próximo;
- que as escolas ofereçam as condições mínimas necessárias previstas na política atual de ensino para uma aprendizagem moderna, garantindo a igualdade de oportunidade entre alunos de territórios distintos.

Sempre que possível e adequado privilegiar-se-ão as intervenções efetuadas de acordo com o conceito de **centro escolar** ou seja **integrando mais do que um grau de ensino com vista à rentabilização de infraestruturas comuns** dos quais o exemplo mais comum será o da integração no mesmo espaço do ensino básico do 1º ciclo e pré-escolar.

A aplicação destes critérios, permite a título indicativo, identificar como necessidades de intervenção prioritária (que não esgota o universo de interações estratégicas para o setor) duas intervenções em escolas de **1.º Ciclo/ Pré-escolar (cerca de 5M € de investimento total)**, e cerca de quatro intervenções em escolas **EB 2,3 (cerca de 20M € de investimento total)**. A estas intervenções, somam-se um conjunto de ações pontuais e específicas de correção e ajustamento de rede, que deverão encontrar enquadramento no

âmbito de eventuais avisos específicos, respeitando o racional identificado neste documento e os critérios de seleção específicos da Prioridade de Investimento aprovados pelo Comitê de acompanhamento.

## **5. - Conclusões**

No domínio da educação e formação como elementos chave a apostar com vista à consequente qualificação dos recursos humanos, as prioridades estratégicas que decorrem da necessidade de resposta aos desafios identificados são, designadamente, as seguintes:

- (i) Atenuação dos índices de abandono escolar precoce e dos défices de qualificação de base dos ativos empregados jovens atraídos para as atividades dinâmicas da especialização regional sem habilitações/qualificações mínimas, com reflexos nos níveis de produtividade do trabalho e na qualidade dos serviços prestados;
- (ii) Fomento da formação técnica e tecnológica dos jovens, nomeadamente orientada para as necessidades dos sectores do alojamento hoteleiro e da restauração, da fileira da construção, do ambiente e das energias renováveis, das atividades agroalimentares e produções tradicionais;
- (iii) Expansão da formação de ativos empregados, compreendendo ações de qualificação e reconversão profissional, a par do cumprimento da obrigatoriedade de um volume mínimo de formação anual.

Estas prioridades deverão ser prosseguidas através de dois grandes vetores complementares de atuação:

- (i) Desenvolvimento de competências orientadas para a modernização da atividade das empresas e outras organizações;
- (ii) Melhoria das condições de empregabilidade, tanto dos ativos empregados, como dos desempregados, pessoas desfavorecidas e inativos.

Trata-se de dois vetores que têm racionalidade suficiente para ancorar as respostas formativas às necessidades e prioridades identificadas e para (re)orientar o posicionamento dos agentes regionais que intervêm no mercado de formação e que estão confrontados com a necessidade de afetar recursos com maior seletividade e assegurar condições de eficácia e eficiência à sua aplicação.